

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Por 'prioridades' do governo, Orçamento terá mais cortes.....3

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Precatórios devem ser declarados no IR.....4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

2023 (VII): A reforma administrativa (Artigo).....5

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Conselheiro da campanha de Lula, Wellington Dias defende separar o joio do trigo para
conversar com o Congresso e diz que Temer foi feito refém pelo centrão
.....6

PORTAL UOL - COLUNA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Agenda verde desaparece em cenário de polarização e radicalização eleitoral.....9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Lucro da Petrobras é estupro".....11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Mais desconhecido dos bilionários" driblou o governo na Petrobras.....12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras tem lucro de R\$ 44,5 bi.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro volta a atacar Petrobras e diz que lucro é 'crime'.....16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Renda fixa ganha espaço no mercado.....17

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Na incerteza, aperto (Editorial).....19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Cenário de inflação e juro (Artigo).....20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Analistas questionam efetividade do aumento dos juros.....21

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Em nome da eleição, rasgam-se contratos (Editorial).....24

Sexta-Feira, 6 de Maio de 2022

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

A depressão num país deprimido (Artigo)..... 26

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Mobilização pelo voto atrai 2 milhões de jovens para o processo eleitoral..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

A escalada de Bolsonaro - ELIANE CANTANHÊDE..... 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação acima de 10% entra no radar..... 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

'Juros mais arditos ampliam empréstimos'..... 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Continua o aperto contra a inflação (Editorial)..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Tarefa do BC em 2023 pode ficar mais difícil..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Para equipe econômica, prejuízo para imagem do país está dado..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Petista acena a empreendedores e modula discurso a novas relações de trabalho..... 39

Por 'prioridades' do governo, Orçamento terá mais cortes

LORENNA RODRIGUES CÉLIA FROUFE BRASÍLIA

Depois de o governo bloquear R\$ 1,7 bilhão do Orçamento em março para encaixar as despesas no teto de gastos, o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, disse ontem que novos cortes serão necessários para compensar as "prioridades" definidas pela administração, entre elas o reajuste que o presidente Jair Bolsonaro quer dar ao funcionalismo público.

Em participação no Broadcast Live, Valle disse que existe uma preocupação com a paralisação da máquina pública por falta de recursos. "Existe essa preocupação, mas vamos trabalhar para não ter shutdown (termo técnico para a paralisação).

Parar a **Receita Federal** ou o Tesouro Nacional não é desejável, teremos de cortar outras despesas. Não tem cabimento a máquina parar por falta de orçamento." Até o dia 22 deste mês, a equipe econômica tem de enviar ao Congresso relatório sobre receitas e despesas do ano, mostrando como serão cumpridas as regras fiscais, a meta de resultado primário e o teto de gastos, que limita o crescimento dos gastos à **inflação** do ano anterior. "Maio ainda é mês desafiador. Vamos ter de achar espaço para o aumento dos servidores, temos o desafio de eleger despesas a serem cortadas para compensar as que já estão priorizadas." Com a pressão de **servidores públicos** por aumento de salário, o secretário disse que a decisão sobre o reajuste é política.

Na semana passada, Bolsonaro confirmou que pretende dar um reajuste de 5% a todo o funcionalismo, como antecipado pelo Estadão/Broadcast.

Isso teria um custo de R\$ 6,5 bilhões aos cofres públicos. "É bem provável que isso seja definido em breve." Valle disse ainda que a equipe econômica iniciou estudos sobre a possibilidade de criar uma meta para a dívida pública. Valle afirmou que a estimativa da equipe econômica é de que a dívida pública termine o ano correspondendo a 79% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Precatórios devem ser declarados no IR

São Paulo - Os aposentados e demais segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que receberam precatórios e outros valores atrasados referentes a benefícios previdenciários em 2021 devem informar o montante na declaração do Imposto de Renda 2022, caso estejam obrigados a declarar o IR neste ano.

A regra vale para quem recebeu atrasados na Justiça, após processar o instituto e ganhar a causa, ou recebeu valores acumulados no próprio **INSS** após pedir a aposentadoria e esperar meses - ou até anos - para ter o benefício. Na Justiça, o segurado pode receber por precatório, quando o valor é acima de 60 salários mínimos, ou Requisição de Pequeno Valor (RPV), de até 60 salários (R\$ 72.720 neste ano).

Os atrasados recebidos de forma acumulada devem ser declarados em uma ficha específica, chamada de Rendimentos Recebidos Acumuladamente. Segundo David Soares, consultor especialista em Imposto de Renda da IOB, esses valores vão na ficha de rendimentos acumulados porque, em geral, são referentes a outros anos, anteriores ao ano-calendário da declaração que está sendo feita.

Neste ano, a **Receita Federal** acrescentou informações à ficha de rendimentos acumulados, como a possibilidade de informar o valor de juros da ação judicial (veja as novidades do IR de 2022). Além disso, desde 2021, os contribuintes passaram a contar com um campo específico em que podem declarar a parcela isenta do rendimento recebido, caso tenham a partir de 65 anos de idade.

Há ainda o direito de deduzir o honorário do advogado.

O aposentado deve primeiro descontar a parte que foi paga ao profissional e declarar apenas o resultado na ficha de rendimentos acumulados.

De acordo com Soares, os honorários advocatícios são identificados na ficha "Pagamentos Efetuados", no código "60 - Advogados (honorários relativos a ações judiciais, exceto trabalhistas)".

Rendimentos - O informe de rendimentos deve ser fornecido pela fonte pagadora. Quem recebeu diretamente do **INSS** deve entrar no aplicativo ou site Meu **INSS** para baixar o documento.

Já quem recebeu da Justiça Federal com pagamento feito pela Caixa Econômica Federal ou pelo Banco do

Brasil deve pedir o informe ao banco ou ao seu advogado. No caso de quem contratou advogado, esse profissional é o responsável por fornecer o informe com todos os dados.

Quem pediu a aposentadoria em 2021, ficou alguns meses esperando para ter o benefício e recebeu o valor de forma acumulada, mas ainda no ano passado, deve informar o montante recebido em outra ficha. Neste caso, os valores vão em "Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ", e não em "Rendimentos Recebidos Acumuladamente".

Soares afirma ainda que, para os contribuintes aposentados com idade a partir de 65 anos, há o direito a valores isentos até o limite de R\$ 24.751,74 no ano (R\$ 22.847,76 mais R\$ 1.903,98 relativos ao 13º salário). Esse montante vai na ficha "Rendimentos Isentos e Não Tributáveis", na linha "10 - Parcela isenta de proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão de declarante com 65 anos ou mais". (Folhapress)

2023 (VII): A reforma administrativa (Artigo)

Fabio Giambiagi Economista

Neste nosso sétimo encontro para tratar de propostas para 2023, vamos abordar a reforma administrativa.

Irei me valer das ideias de Ana Carla Abrão e Paulo Uebel, dois batalhadores do assunto.

Os objetivos da reforma administrativa deveriam ser cinco.

i) Permitir o aprimoramento dos mecanismos meritocráticos; ii) tornar mais efetivas as possibilidades de demissão para aqueles servidores flagrantemente inadaptados à função, sempre com o cuidado, porém, de evitar perseguições políticas; iii) cortar privilégios inaceitáveis, como férias superiores a 30 dias para certas categorias, "pena" de aposentadoria compulsória, etc.; iv) revisar as gratificações para mitigar os mecanismos de incorporação do adicional de função; e v) reduzir a taxa de crescimento vegetativo, o que implica três coisas: a) diminuir o salário de acesso de algumas carreiras; b) rever os mecanismos de promoção automática por tempo de serviço; e c) simplificar o número de carreiras.

Estamos falando aqui de questões que envolvem dificuldades e graus de subjetividade diferentes. Os pontos (i) e (ii) implicam mexer em questões delicadas e podem ensejar perseguições, algo que é preciso impedir. De qualquer forma, há modelos de avaliação de desempenho que minimizam os riscos. Isso não exige uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), podendo ser objeto de Lei Complementar e de uma regulamentação que normatize a avaliação do desempenho.

O item (iii) deveria ser ponto pacífico, com base em princípios éticos óbvios.

Já os pontos (iv) e (v), que respondem por boa parte do crescimento vegetativo, envolvem a definição de novos parâmetros, que podem fazer uma diferença importante e, ainda que controversos, se prestam a uma implementação rápida, uma vez que a resistência estaria associada à possibilidade de ter um fluxo menor de promoções, algo complexo, porém mais fácil de aprovar que a demissão de pessoas ou a redução dos proventos.

Considere-se uma determinada situação na qual um terço do quadro tenha um aumento automático de 3% ao ano. Isso corresponde a um incremento médio de 1,0%, independentemente de qualquer reajuste por conta da **inflação**. Em 10 anos, isso dá uma expansão da folha de 10,5%.

Se o arranjo for substituído por outro, no qual digamos que a proporção de beneficiados por promoção caia para 15% e o incremento desses para 1,5%, o aumento médio diminuiria de 1,0% para 0,2%. Em 10 anos, a expansão mencionada antes seria não mais de 10,5%, e sim de apenas 2,3 %. Faz uma diferença enorme.

Os objetivos da implementação de novas regras para **servidores públicos** deveriam ser cinco

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Conselheiro da campanha de Lula, Wellington Dias defende separar o joio do trigo para conversar com o Congresso e diz que Temer foi feito refém pelo centrão

Bernardo Mello

RIO - Ex-governador do Piauí e um dos conselheiros da pré-campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência, o petista Wellington Dias defendeu em entrevista ao GLOBO ser possível "separar o joio do trigo" na busca pelo apoio de siglas, como MDB, PSD e Republicanos, que apoiaram o impeachment de Dilma Rousseff (PT). Dias, que é pré-candidato ao Senado, fez uma espécie de desagravo ao ex-presidente Michel **Temer** (MDB), que tem sido procurado por interlocutores de Lula, e disse que ele "foi feito de refém" pelo centrão, que se apropriou do governo .

Sonar : Assessor de Zelensky rebate críticas de Lula a presidente ucraniano: Guerra clássica de destruição e ocupação

Sonar : Fernando Holiday entra com ação para suspender cachê de Daniela Mercury no ato do Dia do Trabalho

Sonar : Lula, Doria e Ciro disputam sabre de luz da saga Guerra nas Estrelas

Na entrevista, Dias afirmou que Lula discutirá em viagem ao Piauí, prevista para o início de junho, propostas para reformular o Bolsa Família, renomeado de Auxílio Brasil por Bolsonaro. Ele afirmou ainda que Bolsonaro agiu de forma "populista" ao expandir o benefício para R\$ 400 e, mais recentemente, no decreto de redução do IPI - iniciativa também feita no governo Lula para algumas áreas, como a indústria automobilística.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

A comunicação da pré-campanha de Lula foi trocada após uma série de críticas, inclusive à declaração do ex-presidente sobre aborto, que foi vista como "dar munição" a bolsonaristas. O que é preciso para colocar a campanha nos eixos?

Entendo que houve uma falsa crise. Franklin (Martins, ex-coordenador da comunicação) tem a confiança de Lula e de todo esse campo. Agora estamos nos reorganizando com o conjunto de partidos que estarão na coligação. O que tínhamos até então era um grupo ligado ao próprio PT e a Lula. Os bolsonaristas vão tentar o tempo todo criar cortinas de fumaça para (evitar) temas como a grave realidade da fome e da miséria. Não vamos trazer para a disputa política a pauta que ele (Bolsonaro) quer.

De Lula a Getúlio Vargas : Relembre políticos brasileiros que já foram capa da revista Time

Quem coordenará a campanha?

Lula é o coordenador-geral junto com seu candidato a vice, Geraldo Alckmin. A partir desta semana, com o apoio oficial dos partidos na aliança, definiremos a coordenação política e os grupos de trabalho para diversas áreas, incluindo a comunicação, com seus coordenadores, além de um grupo executivo, menor, que possa tomar decisões na velocidade que a campanha exige.

Lula tem sinalizado que indicará um político para o Ministério da Economia. Este nome poderia surgir entre os governadores do Nordeste em fim de mandato?

Lula foi presidente duas vezes e somente depois de conclamado o resultado das eleições tratou de composição do governo. Ele não tratou disso comigo, e tenho certeza que nem com o (governador da Bahia) Rui Costa, ou Camilo (Santana, ex-governador do Ceará), ou Flávio (Dino, ex-governador do Maranhão), que são pessoas experientes e preparadas.

O senhor acredita que a economia será um fator determinante na eleição presidencial?

Economia sempre pesa. É claro que temos um legado nessa área, não só do governo Lula, mas também de governos estaduais e municipais desse conjunto de

partidos. Esse legado prosseguiu até as pautas-bomba comecem a inviabilizar o governo da presidenta Dilma.

Leia : Governo brasileiro diz ter tratado de promoção à democracia em encontro com diretor da CIA

Ela não aceitou ser refém de um grupo no Congresso, que se acostumou a colocar presidentes como reféns e depois se apropriou do governo. Fizeram o presidente Michel **Temer** de refém. Eu era governador, fui parlamentar junto com ele e pude ver a mudança. Hoje, se algum gestor quer liberar verba para uma obra ou ação, vai falar com o presidente da Câmara ou o relator do orçamento.

O PT tem buscado lideranças de siglas como MDB, PSD e Republicanos, partidos que têm forte presença no Congresso e se envolveram no impeachment. Há limites nessa busca?

O segredo é não olhar para siglas partidárias. A partir da realidade de cada estado, é possível separar o joio do trigo. E há ampla maioria no Congresso que tem compromisso com o Brasil. No caso do MDB, respeitando o nome da senadora Simone Tebet, estamos aqui acenando que queremos esse diálogo até para o primeiro turno, caso resolvam não ter candidatura.

Com o PSD, estivemos na última terça em São Paulo conversando com o ex-ministro (Gilberto) Kassab, que relatou algumas situações nesse e naquele estado. O André Janones (Avante) também tem tido posições coerentes com nosso campo. O próprio João Doria (PSDB) mantém uma posição em defesa da democracia. Ele não se situa no campo bolsonarista. É preciso um entendimento amplo.

Há correlação entre a expansão de benefícios promovida por Bolsonaro, inclusive com o Auxílio Brasil, e a melhora recente da avaliação do governo em pesquisas?

Houve, é verdade, uma política de expansão do Bolsa Família. Pode ser que uma parcela da população tenha se sentido contemplada, e isso tenha gerado algum efeito? Sim. Mas, do ponto de vista da rejeição, ele segue num patamar elevado. Bolsonaro faz um governo sem planejamento e focado no puro populismo, no poder pelo poder. Em linguagem mais simples, o interesse de ganhar votos está acima de qualquer outro. Voltamos ao patamar de endividamento na casa de 80% do **PIB**, e num momento em que temos juros elevados. Quem não quer uma maior rede de proteção aos mais pobres? Eu quero. Mas precisamos fazer com critérios adequados, planejamento, garantia de capacidade de

recursos.

Está no radar do ex-presidente Lula fazer novas mudanças no Bolsa Família, incluindo até a retomada deste nome no lugar do atual Auxílio Brasil?

Quando a gente fala "Bolsa Família" é porque tem o objetivo de tratar integralmente a família, com projetos de vida envolvendo saúde e educação, e não apenas os indivíduos. O que o presidente Lula tem dito é que precisamos avançar nessa perspectiva, de acelerar alternativas para renda, habitação, para outros caminhos. Ninguém quer, nem Lula, nem as famílias, que as pessoas fiquem pelo resto da vida dependendo de transferência de renda.

Entenda: Bivar diz que União Brasil terá chapa pura à Presidência, quebrando aliança com MDB e PSDB

A ideia então é mudar o programa pensando em portas de saída?

Correto. O que a gente trabalha é com uma pactuação. O Bolsa Família (Auxílio Brasil) tinha lá um prazo de validade, está até terminando agora em dezembro de 2022, e defendemos que haja uma prorrogação (do benefício mínimo de R\$ 400) . Lula virá ao Piauí possivelmente no começo de junho. Aqui no estado ele lançou ainda em 2003, junto com o então ministro (José) Graziano, o Fome Zero. E foi um dos estados que teve uma das melhores evoluções na erradicação da pobreza, não só pelo Bolsa Família, mas também pela renda do trabalho, já que tem uma das menores taxas de desemprego do Nordeste. Aqui vamos discutir novos compromissos nesse tema.

O PT tem falado em revisão ou "revogação" da reforma trabalhista. O que deve mudar nesta área?

As alterações nesta área passarão por um entendimento tripartite: trabalhadores, setor público e setor privado. É preciso uma política de estímulo ao emprego sem a falsa ideia de que o trabalho precarizado e temporário seja a meta brasileira. Estamos falando de gerar emprego por mais de 12 meses, com recolhimento de encargos à Previdência, 13º e férias.

A proposta de ampliar a desoneração da folha de pagamento de forma linear, atingindo cerca de 30 milhões que ganham até um salário mínimo, chegou a ser cogitada no atual governo, mas foi descartada. Ela pode ser retomada num eventual governo Lula?

A desoneração da folha tem a ver com um custo menor para estimular mais empregos. E reduzir o custo por empregado é, sim, um ponto que a gente está sempre discutindo. Ainda não há proposta

pactuada, mas é um tema que vamos tratar. Da mesma forma, a redução de **tributos** no consumo. É isso que o presidente Lula quer dizer quando fala em trazer o gás de cozinha para a cesta básica, desonerar produtos que ajudem a impactar o poder de compra da população de baixa renda e também da classe média.

O objetivo é desonerar e subsidiar, o que foi um dos pontos centrais do governo Dilma, ou promover uma **reforma tributária**?

Temos interesse de tratar esse pacto sobre os **tributos** em relação ao consumo, incluindo o ICMS, porque entendemos que isso hoje gera desigualdade. Seguramente a proposta do Confaz (Conselho Nacional de Secretários de Fazenda) para **reforma tributária** que está no Congresso será uma referência num futuro governo Lula.

Lamento muito, por exemplo, a forma atabalhoada e populista do decreto de redução do IPI assinado por Bolsonaro. O estudo mostra que aproximadamente 20 setores da indústria, como bebidas, cosméticos e automobilística, compõem quase a totalidade da receita do IPI. E que é possível fazer isenção do IPI nas outras 90 áreas, que trazem uma arrecadação de R\$ 6 bilhões, numa pactuação com os entes federativos e setor privado, de forma que estimule o crescimento e, com isso, melhore as receitas.

Site: <https://oglobo.globo.com/politica/conselheiro-da-campanha-de-lula-wellington-dias-defende-separar-joio-do-trigo-para-conversar-com-congresso-diz-que-temer-foi-feito-refem-pelo-centrao-25499389>

Agenda verde desaparece em cenário de polarização e radicalização eleitoral

Alberto Bombig

Com o recrudescimento da disputa entre Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PL) já no primeiro turno, em uma conjuntura de intensa luta ideológica direita versus esquerda, em cenário econômico de inflação alta e com a democracia sob ataques do presidente, a chamada agenda verde permanece, ao menos até agora nesta pré-campanha eleitoral, relegada aos grupos de estudos dos planos de governo e praticamente restrita aos presidenciáveis e aos partidos do centro.

Lula tem deixado claro em seus discursos e postagens que a prioridade máxima de sua pré-campanha é o combate à fome nos moldes tradicionais: em linhas muito gerais, combinando proteção social com crescimento econômico e ampliação do crédito. O ex-presidente petista ainda não conseguiu, por exemplo, conquistar o apoio público de Marina Silva (Rede), sua ex-ministra do Meio Ambiente e uma referência mundial na agenda verde. Pelo lado bolsonarista, Carlos Bolsonaro, filho do presidente, criticou recentemente o tema em suas redes sociais, escancarando as restrições do clã ao assunto.

Os pré-candidatos tradicionais ainda não perceberam a importância da agenda verde, de uma agenda ambiental em bases econômicas e sociais. Essa pauta agora está no centro político, afirma Emerson Kapaz, empresário e uma das lideranças nacionais nesse setor. A visão tem de ser pragmática e de sustentabilidade do planeta porque precisamos pensar na herança ambiental que vamos deixar para as gerações futuras, diz ele, que será candidato a deputado federal pelo PSD-SP.

Presidente da Frente Parlamentar de Energia Renovável, o deputado federal Danilo Forte (União Brasil-CE) diz que a agenda verde precisa estar entre as prioridades do debate, porém, reconhece que ela está quase esquecida. Produzir energia barata é a única saída para o Brasil. Não existe outro país no mundo em melhores condições do que o nosso para liderar esse processo, afirma ele.

Forte, citado pela pré-campanha de João Doria (PSDB) a presidente como referência na área, afirma que pretende convidar os presidenciáveis para falar sobre o tema na frente que preside. Os pré-candidatos

precisam entrar no debate, até porque eles dizem querer o voto do Nordeste, e não tem hoje em dia projeto de desenvolvimento da região que não passe pela agenda verde e pelas energias limpas, diz.

Esta será a primeira eleição presidencial desde 2010 sem a participação de Marina Silva como candidata. Segundo Kapaz, a ausência da ex-ministra do Meio Ambiente na urna dificulta a busca da visibilidade necessária para o tema, mas esse vácuo precisa ser preenchido. Essa é a grande agenda do Brasil, pensar em projetos de compensação de carbono e até em uma reforma tributária verde, diz ele, que tem conversado com ambientalistas, empresários e até com pré-candidatos ao Congresso de outros partidos para articular uma maneira de manter o assunto vivo na campanha.

Por ora, nem a guerra entre Rússia e Ucrânia e seu impacto sobre o petróleo e o gás natural parece ter sensibilizado os dois líderes das pesquisas para o tema das energias renováveis. Ambos costumam abordar o assunto sempre pela ótica tradicional, da dependência do óleo mineral combustível. Enquanto Lula e Bolsonaro polarizam o debate com suas agendas, nomes da chamada terceira via esboçam suas ideias para a revolução verde.

É preciso ter clareza que o Brasil sabe fazer transição energética. Nós temos um histórico de sucesso quando o assunto é deixar uma matriz de energia para outra. O primeiro passo, como sabemos por nosso passado, é ter um governo com planejamento que garanta uma transição segura, sem atropelos e sem riscos para quem produz e quem consome, afirma Simone Tebet, pré-candidata a presidente pelo MDB.

O Brasil não pode viver de sobressaltos de energia por causa da dependência de chuvas. Precisamos diversificar a matriz energética e acelerar os investimentos em energia renovável, eólica e solar, diz o pré-candidato a presidente pelo Partido Novo, Felipe d'Avila.

Presidente nacional do PV, partido que faz parte da federação com o PT e, portanto, está com Lula, José Luiz Penna, diz que a agenda verde e os demais temas de impacto ambiental estarão contemplados na campanha do petista e em seu plano de governo. Nossas fundações, a Herbet Daniel e a Perseu

Abramo, estão trocando informações permanentemente. Porque a federação e o futuro governo estão convencidos de que a pauta ambientalista é fundamental para a recuperação econômica do país, que passa pela reinserção internacional do Brasil , afirma ele.

Do lado bolsonarista, a ex-ministra da Agricultura Tereza Cristina é uma referência na área, mas ainda não se sabe qual será o real poder dela, que é pré-candidata ao Senado pelo Mato Grosso do Sul, na elaboração do plano de governo de Bolsonaro. O atual presidente tem se mostrado mais afeito às ideias de Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia e um entusiasta da energia nuclear.

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/alberto-bombig/2022/05/06/agenda-verde-desaparece-em-cenario-de-polarizacao-e-radicalizacao-eleitoral.htm>

"Lucro da Petrobras é estupro"



Ingrid SoaresMichelle Portela

Beneficiada pelo crescimento da receita com a venda de combustíveis, a Petrobras registrou lucro líquido de R\$ 44,6 bilhões no primeiro trimestre deste ano, uma alta de 3.718% em relação ao resultado de R\$ 1,16 bilhão obtido no mesmo período do ano passado, durante a pandemia. Para o presidente Jair Bolsonaro (PL), os altos ganhos da estatal são "um estupro", segundo disse, ontem, durante a live que faz nas quintas-feiras nas redes sociais.

Durante a transmissão, o chefe do Executivo pediu, com a voz alterada, que a estatal não aumente mais os preços dos combustíveis. "O Brasil, se tiver mais um aumento (no preços dos combustíveis), pode quebrar. E o pessoal da Petrobras não entende, ou não quer entender. A gente sabe que há leis. Mas a gente apela à Petrobras para que não aumente os preços", disse.

"Sei que tem acionistas", continuou Bolsonaro. "Mas quem são os acionistas? Fundos de pensão dos Estados Unidos. Nós estamos bancando pensões gordas nos Estados Unidos", afirmou, sem mencionar que a União é a maior acionista da empresa, com 37% do capital total e 50,28% das ações com direito a voto e, portanto, se beneficia dos altos lucros da companhia. "Petrobras, estamos em guerra. Petrobras, não aumente mais o preço dos combustíveis. O lucro de vocês é um estupro, é um absurdo. Vocês não podem aumentar mais os preços dos combustíveis", concluiu.

Em carta a acionistas, o presidente da estatal, José Mauro Coelho, disse que "a Petrobras está distribuindo os frutos de sua geração de valor para a população brasileira". Ainda ontem, o conselho de administração da empresa aprovou a distribuição de R\$ 48,5 bilhões

em remuneração aos acionistas, o equivalente a R\$ 3,71 por ação ordinária ou preferencial. "Adicionalmente, apenas no primeiro trimestre, recolhemos o total de R\$ 69,9 bilhões em **tributos** e participações governamentais, um aumento de 95% na comparação com o primeiro trimestre do ano passado", informou o diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores, Rodrigo Araujo Alves.

Escalada

O principal motivo do lucro elevado da estatal é a escalada do preço do petróleo no mercado internacional, impulsionada pela guerra na Ucrânia. Desde janeiro, a estatal reajustou os preços do diesel e da gasolina duas vezes nas refinarias para manter a paridade com as cotações internacionais. O preço do barril do petróleo no exterior subiu de US\$ 60,90, no primeiro trimestre do ano passado, para US\$ 101,40, em média, nos três primeiros meses de 2022, uma alta de 66,5%.

Mahatma dos Santos, analista do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), critica a opção pela paridade de preços da companhia com o mercado internacional. "A manutenção dessa política revelou-se, mais uma vez, elemento central da estratégia de geração de valor da companhia, a despeito dos seus impactos nefastos no custo de vida dos brasileiros", disse Santos.

"Mais desconhecido dos bilionários" driblou o governo na Petrobras



João José Abdalla Filho, 76

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO

O bilionário brasileiro que venceu o governo na eleição para o conselho de administração da Petrobras é recluso, considerado um investidor conservador e gosta de dizer que os donos das empresas têm que fazer parte do colegiado que define os seus rumos.

Listado pela revista Forbes como a 18ª maior fortuna do Brasil, João José Abdalla Filho, 76, é chamado de "o bilionário mais desconhecido do Brasil". Não costuma frequentar colunas sociais, eventos públicos e não dá entrevistas.

É dono do Banco Clássico e tem um patrimônio estimado em US\$ 2,8 bilhões (cerca de R\$ 13 bilhões, pela cotação atual), resultado da aplicação de recursos herdados de seu pai, o industrial paulista José João Abdalla, morto em 1988.

Conhecido como Juca Abdalla, o bilionário obteve há duas semanas duas cadeiras no conselho de administração da Petrobras, avançando sobre uma vaga tradicionalmente ocupada por indicados da União.

Ele próprio ocupará uma delas. O Banco Clássico, um dos maiores acionistas individuais da estatal, aprovou



Ele não é um especulador de mercado

Leonardo Antonelli
advogado de
João José
Abdalla Filho

também a nomeação do advogado Marcelo Gasparino, que costuma representar Abdalla em conselhos de empresas.

O avanço do banqueiro é alvo de críticas de sindicatos, que veem na movimentação um reforço na defesa pela privatização da companhia, já defendida pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

O Banco Clássico é grande acionista em algumas das maiores empresas brasileiras, como Petrobras, Vale, Eletrobras e Cemig, e se vale do peso de suas participações para garantir voz nos conselhos de administração das companhias.

Também tem participações relevantes em empresas privadas como a companhia elétrica Engie e a distribuidora de gás Naturgy, geralmente empresas que operam com concessões reguladas pelos governos federal e estaduais.

Sua estratégia de investimento é vista pelo mercado como conservadora e de longo prazo, com preferência por empresas garantidas pelos governos, que têm menos risco de quebrar.

Abdalla não quis falar com a Folha. Seu advogado, Leonardo Antonelli, confirma a percepção. "Ele não é um especulador de mercado", diz. Sua aposta em estatais seria explicada pela possibilidade de destravar valor com melhor governança ou até com privatizações.

O banqueiro gosta de repetir que o "dono" de uma empresa tem que integrar seu conselho de administração. A eleição na Petrobras, diz Antonelli, "é uma estratégia alinhada ao pensamento dele e que está se provando eficaz para a defesa do melhor interesse dos acionistas e na vigilância da governança".

Na assembleia do último dia 13, os acionistas privados conseguiram 4 das 11 cadeiras do colegiado- seis ficaram com indicados da União e uma pertence a representante dos trabalhadores. É a composição com menor número de representantes do acionista controlador.

O avanço já havia sido ensaiado, sem sucesso, em

2021. Desta vez, Abdalla conseguiu mudar o modelo de votação para que os acionistas pudessem votar individualmente nos candidatos e não em uma chapa previamente estabelecida.

Com o peso de suas ações e apoio de outros investidores, o banco Clássico dobrou sua participação no colegiado. Para Antonelli, o apoio de outros acionistas "demonstra a confiança do investidor, especialmente estrangeiro, no trabalho que vinha sendo desenvolvido nos últimos anos".

Abdalla já era conselheiro da Cemig, mas ainda não havia ocupado o colegiado de uma das duas estatais da União em que tem participação relevante. Na Eletrobras, o banco Clássico é representado por Gasparino, que também é conselheiro na Vale.

Com foco na gestão de recursos de Abdalla, o banco Clássico tinha ativos de R\$ 14,5 bilhões ao fim do terceiro trimestre de 2021, segundo os dados mais recentes do Banco Central. Naquele período, registrou lucro de R\$ 80,4 milhões.

Os recursos que deram início ao banco foram gerados pelo conglomerado de empresas de seu pai, conhecido como JJ Abdalla, nos ramos de cimentos, metalurgia, tecelagem e cana-de-açúcar, entre outros.

E engordados pela desapropriação de um terreno onde hoje está o Parque Villa Lobos, em São Paulo. Foi a maior indenização paga até então pela desapropriação de um terreno, de R\$ 2,5 bilhões, em processo bastante questionado na época.

JJ Abdalla teve passagem pela política e foi alvo de cerca de 500 processos judiciais, segundo relato do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Chegou a ser preso duas vezes entre o fim dos anos 1960 e o início dos anos 1970, por desrespeito a leis trabalhistas.

Abdalla Filho tentou também entrar na política, lançando-se candidato a suplente de senador por Roraima em 2006. Na época, declarou ter um patrimônio de R\$ 379,2 mil, o equivalente hoje a R\$ 920,2 mil.

Sua trajetória também tem problemas na Justiça: em 2019, ele foi denunciado pelo Ministério Público Federal por sonegação de **impostos** e em 2020, por corrupção passiva e peculato, em caso de subornos a juiz para a liberação de precatórios.

Os dois casos ainda estão em tramitação na Justiça.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49903&_ga=2.70886096.1503489565.1651809744-429082973.1562671609&_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6455431&pd=78b3b4b85aded2a5454c53b6c953cdbb

Petrobras tem lucro de R\$ 44,5 bi

**DENISE LUNA VINICIUS NEDER RIO WAGNER GOMES
SÃO PAULO**

A disparada nas cotações do petróleo, acentuada após a invasão da Ucrânia pela Rússia, turbinou os resultados financeiros da Petrobras no primeiro trimestre.

A estatal teve lucro líquido de R\$ 44,561 bilhões no período, um salto de 3.718% frente ao igual período de 2021. A receita total, que incluem as vendas de combustíveis no mercado nacional e as exportações de petróleo, somaram R\$ 141,641 bilhões, 64,4% a mais do que no primeiro trimestre de 2021.

A Petrobras também informou que pagou quase R\$ 70 bilhões em **impostos**, royalties e participações governamentais nos primeiros três meses do ano - e que pagará R\$ 48,5 bilhões em dividendos (a parte do lucro que cabe aos acionistas), referentes tanto a valores remanescentes do lucro de 2021 quanto a uma antecipação da remuneração de 2022. O pagamento é antecipado porque, pela legislação, poderia ser feito só em 2023, quando os resultados deste ano serão fechados. A estatal informou que os dividendos serão pagos em duas parcelas iguais em junho e julho.

Além da União, em torno de 700 mil acionistas brasileiros receberão os valores.

A companhia informou que a distribuição dos lucros está alinhada à política de remuneração aos acionistas, que prevê que, em caso de endividamento bruto inferior a US\$ 65 bilhões, a Petrobras poderá direcionar para os detentores de ações 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e as aquisições de ativos imobilizados e intangíveis (investimentos).

Além disso, a política prevê a possibilidade de pagamento de dividendos extraordinários, desde que a sustentabilidade financeira da companhia seja preservada.

EFICIÊNCIA. Em nota, o presidente da Petrobras, José Mauro Coelho, disse que, "por anos", a companhia deixou de pagar dividendos para União e demais acionistas e "praticou investimentos que não geraram resultados". "Agora vivemos uma nova realidade, com foco em eficiência." Nos comentários sobre os resultados, a companhia afirma que as receitas cresceram no primeiro trimestre devido a uma alta de 27% nas cotações do petróleo tipo Brent, ao

aumento das exportações e das vendas da matéria-prima bruta - agora que a Petrobras fornece para uma refinaria privada, com a venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, concluída em 30 de novembro de 2021.

No total, a estatal produziu 1,1% mais petróleo e gás no primeiro trimestre, ante um ano antes. No mês passado, a companhia informou que a exportação líquida (vendas externas, menos importações) atingiu 411 mil barris diários no primeiro trimestre, alta de 18,4% em relação a igual período de 2021.

O balanço mostra que a alta nas cotações do petróleo e o aumento nas vendas do insumo bruto compensaram a queda em volume nas vendas de combustíveis - em parte porque a capacidade total de produção de óleo diesel e gasolina diminuiu, com a venda da Rlam.

Foram R\$ 38,875 bilhões de receita líquida com o óleo diesel, alta de 54,5% ante o primeiro trimestre de 2021, e R\$ 19,404 bilhões de receita com a gasolina, salto de 75,3%, na mesma base de comparação. Já o lucro líquido foi impulsionado também pelo alívio nas cotações do dólar.

Uma taxa de câmbio mais baixa, na média do trimestre, teve efeito sobre a dívida da estatal, boa parte dela em dólares. Segundo a Petrobras, a exposição cambial terminou o primeiro trimestre em US\$ 17 bilhões, ante US\$ 34,8 bilhões em igual período de 2021. A dívida bruta total da Petrobras terminou o primeiro trimestre em US\$ 58,554 bilhões, enquanto a dívida líquida (descontando recursos em caixa) ficou em US\$ 40,072 bilhões.

"A Petrobras está distribuindo os frutos de sua geração de valor para a população brasileira."

José Mauro Coelho Presidente da Petrobras

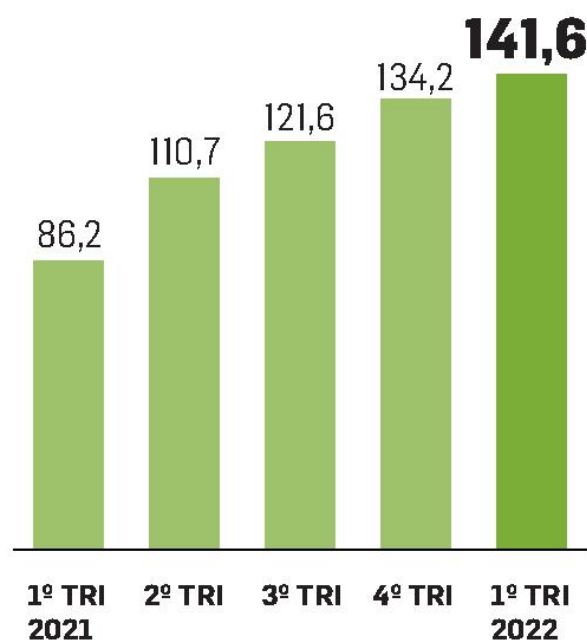
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

RESULTADOS

Desempenho por trimestre desde 2021

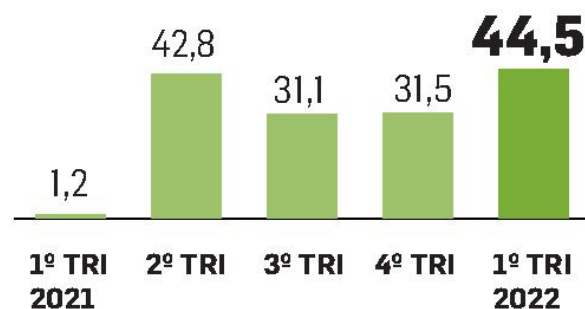
Receita

EM BILHÕES DE REAIS



Lucro líquido

EM BILHÕES DE REAIS



FONTE: PETROBRAS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Bolsonaro volta a atacar Petrobras e diz que lucro é 'crime'

Fabio Murakawa De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187209

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187209

Renda fixa ganha espaço no mercado

rosana hessel

Após o Banco Central aumentar a taxa básica da economia (Selic) pela 10ª vez consecutiva, de 11,75% para 12,75% ao ano, na última quarta-feira, o investidor precisa ficar atento às aplicações em renda fixa. Elas estão dando um banho na poupança - que há tempos vem perdendo para a inflação -, e, agora, também no mercado de ações, que é mais arriscado e praticamente zerou os ganhos do ano, ontem, acumulando alta de apenas 0,46% desde janeiro no Índice Bovespa, principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3).

A tendência é de ganhos ainda maiores na renda fixa diante da perspectiva de que a inflação de dois dígitos não será temporária, de acordo com analistas. O banco francês BNP Paribas, por exemplo, recentemente revisou de 8,5% para 10% a previsão de inflação no fim do ano - o dobro do teto da meta, de 5%. Vale lembrar que a atual mediana das estimativas do mercado para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, no boletim Focus do Banco Central, está em 7,89%, vem subindo há 16 semanas seguidas e não deve parar por aí.

Especialistas não descartam a Selic acima dos 13,25% anuais previstos no Focus. Alguns apostam em 13,50% no fim deste ano, como estima a MB Associados, e acima de 14%, como prevê o BNP.

Laiz Carvalho, economista para Brasil do BNP Paribas, ao analisar o comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, divulgado após a alta da Selic para 12,75%, disse que os cenários traçados pelo BC "são muito otimistas" e, como o Copom continua reiterando a preocupação com a inflação, "o ciclo de alta da taxa Selic precisará se estender por um horizonte um pouco maior do que se esperava". Ela reforçou que o banco francês prevê aumentos no IPCA de 10%, neste ano, e de 5%, em 2023 - quando o teto da meta é menor, de 4,75%. Não à toa, a previsão do BNP para a Selic é de 14,25%, neste ano, e de 10,50%, em 2023.

Com um cenário nada favorável para a atividade econômica por conta dos juros em alta e perspectiva de inflação de dois dígitos até o fim do ano, os investimentos em renda fixa indexados à inflação e ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que é atrelado à Selic, ganham da Bolsa, do dólar, do ouro e até da bitcoin no acumulado do ano, conforme levantamento feito pela Economática, a pedido do

Correio. (Ver quadro) "Agora, mesmo com taxas de administração de até 2% e Imposto de Renda de 22,5% para aplicações de até seis meses, os fundos de renda fixa já têm rendimento acima da poupança", destacou Miguel José Ribeiro de Oliveira, diretor executivo de Estudos e Pesquisas Econômicas da Associação Nacional dos Executivos de Finanças e Contabilidade (Anefac).

Oliveira fez um levantamento comparando os rendimentos de fundos atrelados à Selic com a poupança, cuja rentabilidade atual é de 0,60% ao mês, considerando a remuneração anual de 6,17% mais a Taxa Referencial (TR), versus a nova taxa de 12,75% ao ano.

"Na medida que a Selic aumenta, cresce a vantagem dos fundos de renda fixa sobre a poupança.

No atual cenário, as expectativas são de novas altas na Selic, porque a inflação continua resistente. Com isso, o ganho da renda fixa sobre a poupança tende a aumentar. Atualmente, a poupança só não perde para aplicações de curtíssimo prazo com taxas de administração acima de 2,5% ao ano", disse.

De acordo com Oliveira, o ambiente atual é de muita incerteza, com guerra na Ucrânia e inflação e juros altos no mundo todo. Nesta semana o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) elevou os juros em 0,50 ponto percentual e sinalizou novos reajustes da mesma magnitude ao longo deste ano e, provavelmente, do próximo, o que deve afetar, e muito, as bolsas internacionais.

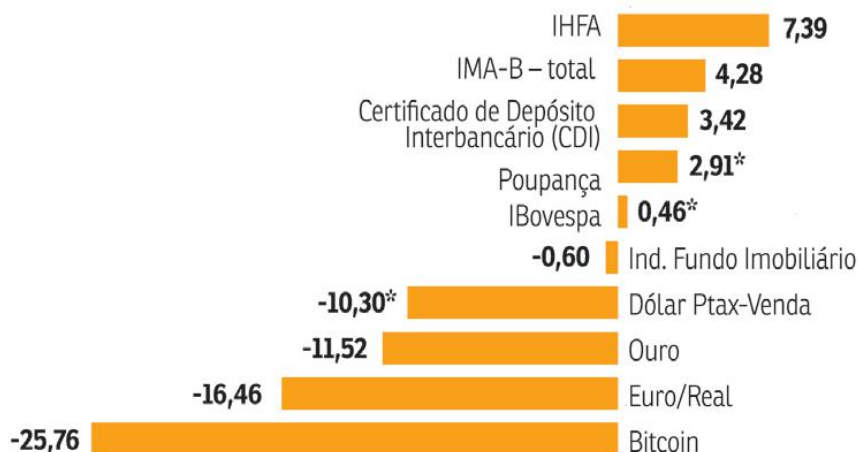
"A Bolsa precisa da economia crescendo, gerando lucro para as empresas e renda para os empregados. Agora, é hora de aproveitar a renda fixa, que é muito mais segura do que assumir o risco na Bolsa de Valores", afirmou. O economista frisou ainda que o momento é de fugir do risco, menos para quem já está na Bolsa, "senão vai realizar prejuízo".

A hora do conservadorismo

A escalada da inflação, que pode chegar a 10% no fim do ano, pelas estimativas de alguns bancos, tende a deixar a renda fixa cada vez mais atraente

COMPARE ALGUNS INVESTIMENTOS LEVANTADOS PELA ECONOMÁTICA

Variação no ano (até 4 de maio)



Obs.: O IHFA (Índice de Hedge Funds Anbima) é uma referência para a indústria de hedge funds e IIMA-B se refere a uma categoria de índices que acompanham carteira de títulos atrelados ao IPCA, que mede a inflação oficial.

*previsão para 31/05/22

**dados de 5/5/22, fechamento

FUNDOS X POUPANÇA

Com a nova Selic, de 12,75%, aplicações em fundo de renda fixa atrelados à taxa básica são mais vantajosas do que a poupança, até no curtíssimo prazo

Rendimento líquido mensal dos fundos, conforme dados da Anefac

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (% AO ANO)

Prazo de resgate	0,50	1,00	1,50	2,00	2,50	3,00
Até 6 meses	0,74	0,70	0,66	0,61	0,57	0,53
6 meses a 1 ano	0,77	0,72	0,68	0,64	0,60	0,56
1 ano a 2 anos	0,79	0,75	0,71	0,66	0,62	0,58
Acima de 2 anos	0,82	0,77	0,73	0,69	0,65	0,61

Obs.: O rendimento mensal da poupança atualmente é de 0,60% ao mês, que corresponde a 6,17% ao ano mais a TR (Taxa Referencial)

Fontes: Economática. B3. Banco Central e Anefac



Na incerteza, aperto (Editorial)

Com a **inflação** em alta, sem sinais de reversão próxima, e riscos recessivos, os principais bancos centrais do mundo enfrentam o maior desafio das últimas décadas.

O cenário, já difícil, foi agravado pelo novo choque de preços de matérias-primas provocado pela guerra na Ucrânia e pela política de controle da Covid-19, que acentuam a escassez de suprimentos em várias cadeias produtivas.

A reação das autoridades monetárias tem sido elevar os juros, num contexto em que crescem os perigos para a atividade econômica. É uma mudança em relação ao padrão observado desde os anos 1990, quando a ameaça mais evidente era a deflação e havia espaço para estímulos monetários.

O dilema fica evidente no caso do Fed, o banco central americano. Na reunião deste mês, a instituição elevou sua taxa básica em 0,5 ponto percentual, para o intervalo de 0,75% a 1% ao ano.

Longe de significar um ajuste pontual, a sinalização é que será necessária uma sequência de aumentos, que poderão levar rapidamente o custo do dinheiro nos EUA para mais de 3% anuais.

Além da **inflação**, que lá chegou a 8,5% nos últimos 12 meses, o Fed se defronta com um possível aquecimento excessivo do mercado de trabalho, como legado dos estímulos adotados durante a pandemia.

Com alta de 5,6% dos salários em 12 meses, a ameaça é a de um processo inflacionário mais duradouro. Os mercados financeiros internacionais sentem o golpe, apresentando a maior retração desde a crise financeira de 2008.

Tal como no resto do mundo, a **inflação** tampouco dá sinais de arrefecimento no Brasil. Com os choques em combustíveis e alimentos, além da retomada dos serviços, as projeções para o IPCA, índice de referência do Banco Central, em 2022 continuam a subir -de 5% no início do ano para 7,9% hoje.

Daí a decisão do Banco Central de elevar a Selic em 1 ponto percentual, para 12,75% ao ano. A instituição indica que o ciclo de aperto está avançado, mas ainda vê pressões pela frente. Não se descarta que a taxa básica se aproxime de 13,5% até meados do ano.

O arrocho não impediu uma ligeira melhora das

expectativas para o crescimento econômico neste 2022, hoje em torno de 0,7%, em boa parte devido às vantagens do setor exportador -que tem proporcionado expressivos saldos comerciais. Ademais, o dólar em patamares menos elevados tende a facilitar o controle da **inflação**.

Permaneça, porém, a incerteza em relação à política econômica deste e do próximo governo, uma vez que as manifestações de Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), até agora, não são claras nem animadoras.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49903>

Cenário de inflação e juro (Artigo)

Nelson Barbosa Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research

No início de fevereiro, antes da invasão da Ucrânia, quando a expectativa média do mercado era que o aumento de juro pararia com Selic abaixo de 12%, escrevi neste espaço: "torço para que a Selic pare mesmo entre 11% e 12%, como acha o mercado, mas temo que o combo Otan-Rússia-Bolsonaro elevará nosso juro básico para algo entre 12% e 13% até maio."

Infelizmente meu temor se confirmou. Nesta quarta (4), o Copom (Comitê de Política Monetária) elevou a Selic para 12,75% e disse que vem mais, que haverá novo aumento, provavelmente para 13,25% em junho. Chegou a hora de atualizar minha bola de cristal.

Começando pelo calendário, restam cinco reuniões do Copom neste ano: junho, agosto, setembro, outubro e novembro. Serão três decisões sobre juro antes da eleição, uma entre o primeiro e segundo turno, e a última em dezembro.

Combinando o calendário econômico e político, o Copom parece querer encerrar o ciclo de aperto monetário até agosto, para atravessar o período mais intenso da campanha eleitoral sem criar fatos negativos para o governo. Será que ele conseguirá? Depende dos choques econômicos nos próximos meses e da magnitude da elevação de juro em junho e agosto.

Começando pelos choques, acho que podemos ser menos pessimistas sobre a inflação brasileira por quatro motivos.

Primeiro, a maior parte do choque no preço do petróleo já aconteceu. Se não houver escalada militar na Ucrânia (sei que esse em um "se" significativo), as cotações de petróleo tendem a se estabilizar ou até cair um pouco, diminuindo a inflação mundial.

Em segundo lugar, o Fed (banco central dos EUA) finalmente reagiu ao aumento da inflação e deve elevar o juro substancialmente (para padrões internacionais) até o final do ano. Por enquanto o Fed diz que Selic deles (Fed Funds) subirá para algo entre 2,5% e 3%, mas acho que será mais. Como a inflação de lá está em mais de 8% ao ano, sem sinal de queda rápida e economia ainda muito aquecida, provavelmente a Fed Funds subirá para mais de 3%

ainda neste ano, o que geralmente puxa a inflação de commodities para baixo.

Terceiro, olhando para dentro, espero que os preços de alguns alimentos in natura comecem a desacelerar no meio do ano, puxando nossa inflação para baixo. Sei que isso não aconteceu em 2021, mas 2021 foi ponto fora da curva devido aos gargalos produtivos pós-Covid. A reversão à média demora, mas acontece.

Por fim, também do lado doméstico, o keynesianismo eleitoral de Bolsonaro tem fôlego curto. Nossa economia continua estagnada, com crescimento zero do PIB per capita, desemprego alto e salário real baixo. A previsão do mercado é de desaceleração da economia brasileira no segundo semestre, o que por sua vez segura a inflação.

Em contraposição aos quatro fatores acima, há dois grandes riscos para a queda da inflação brasileira em 2022. Do lado externo, o conflito pode se acirrar ainda mais na Ucrânia, e guerra é sempre inflacionária. Do lado interno, Bolsonaro já disse que não aceita perder a eleição e, caso isso aconteça, a crise política na transição de governo tende a elevar a taxa de câmbio, o que é tradicionalmente inflacionário no Brasil.

Espero que a crise na Ucrânia não piore e que, caso derrotado, Bolsonaro aceite o resultado sem criar muita confusão. Neste cenário a Selic subirá para 13,25% em junho, como o Copom já telegrafou, e aumentará mais um pouco em agosto, para 13,50% ou 13,75%. A partir de então a Selic tende a ficar estável até dezembro, quando saberemos o resultado das ações do BC e dos votos da população.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49903>

Analistas questionam efetividade do aumento dos juros

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO

A sinalização do Banco Central de que a taxa básica de juros deverá subir além dos atuais 12,75% ao ano levou ao questionamento das causas e das formas de se lidar com uma inflação que poderá superar o limite da meta pelo terceiro ano consecutivo em 2023.

Para alguns analistas, a alta da inflação não é apenas uma questão de oferta e nem um fenômeno temporário, mas também um problema de demanda e de expectativas que continuam a piorar. Pelos princípios do regime de metas que vigora na maioria dos países, reduzir o índice de preços seria a melhor forma de garantir também uma retomada mais rápida do crescimento e do emprego.

Para outros, não há política monetária, no Brasil ou em qualquer outro país, que seja capaz de colocar a inflação e as expectativas em linha com metas de inflação extremamente baixas para um mundo que sofreu uma sequência inédita de choques de oferta que pode se estender por ainda mais tempo.

Nesta quarta-feira (4), o Copom (Comitê de Política Monetária) elevou a taxa básica de juros em mais 1 ponto percentual e afirmou que antevê a necessidade de novo aumento em junho, porém de menor magnitude. As taxas dos contratos no mercado financeiro apontam para uma Selic de 13,25% ao final do ano, mas diversos analistas já falam em algo em torno de 14%.

Uma avaliação quase unânime é que o Copom não tem mais como evitar um estouro da meta de inflação pelo segundo ano seguido, em 2022. A questão é se novos aumentos de juros podem ou não evitar que a carestia se prolongue também por 2023. As projeções do mercado para o índice de preços no Brasil estão em 7,9% neste ano e 4,1% no próximo -sendo que o teto da meta é de 5% e 4,75%, respectivamente.

O BC projeta inflação de 7,3% para 2022 e 3,4% para 2023 (próxima do centro da meta de 3,25% para o próximo ano).

José Francisco de Lima Gonçalves, professor do Departamento de Economia da FEA-USP (Faculdade

de Economia, Administração e Contabilidade da USP), afirma que é inútil o BC continuar elevando os juros, pois não há retração de demanda que compense os choques de oferta e seja capaz de levar a uma queda persistente da inflação.

Ele avalia ser inevitável um estouro da meta neste e no próximo ano, com uma inflação acima de 5% em 2023. E diz que, na prática, o Brasil e diversos países já trabalharam com um sistema de metas móveis, embora isso não possa ser admitido publicamente.

"Nenhum banco central quer dizer isso, que não tem meta. Você diz que tem, mas que vai demorar [para chegar nela]", afirma o economista citando as manifestações de autoridades monetárias em outros países.

José Júlio Senna, ex-diretor do Banco Central e pesquisador do FGV Ibre, afirma que a política monetária é um instrumento que sempre mostrou resultado no combate à inflação e que desta vez não será diferente, apesar das incertezas que tornam difícil projetar quando o índice de preços irá desacelerar e até onde os juros terão de subir.

Ele afirma que os países desenvolvidos -que não vivem um surto inflacionário há 40 anos- estão sendo mais cautelosos no combate à inflação para não abortar a recuperação da economia nesses dois anos de pandemia.

No caso brasileiro, Senna diz que o histórico inflacionário obrigou o Copom a iniciar o processo de aumento de juros mais cedo, mas que não há espaço para os juros irem muito além do patamar atual, algo que já foi sinalizado pelo próprio BC.

"Se os bancos centrais partirem com força para cima da inflação, não há dúvida de que vai funcionar. No caso do Brasil, para que a política monetária produza resultados o mais rapidamente possível, seria muito bom que os sinais da política fiscal fossem melhores do que têm sido."

Simone Deos, professora do Departamento de Economia da Unicamp (Universidade de Campinas), afirma que o BC adota uma política monetária equivocada, que não ajuda no combate à inflação e tem efeitos deletérios sobre a economia. Para ela, a

alta de preços se deve em grande parte a uma política de preços equivocada da Petrobras. Uma ação do governo para aliviar a tributação de preços administrados também seria mais eficaz.

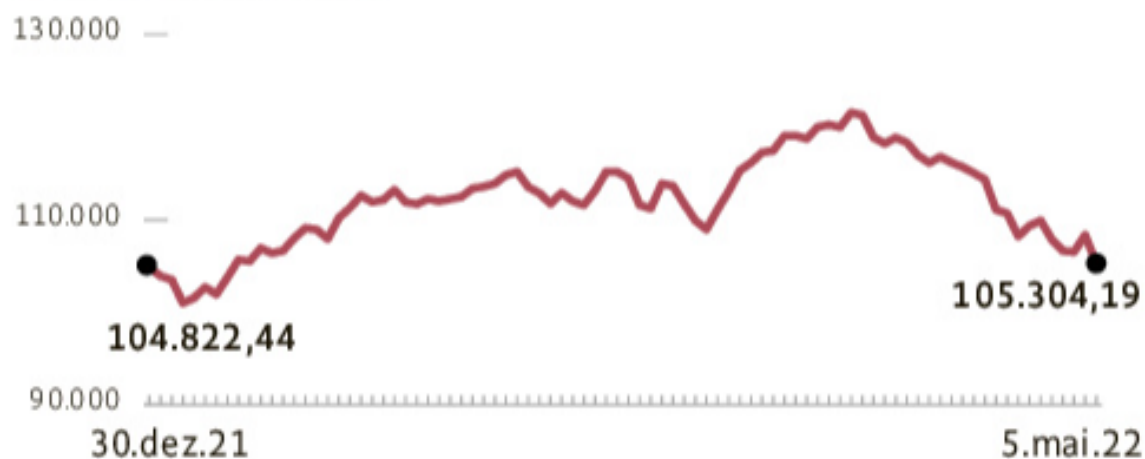
"Não há evidência de que sermos mais 'hawkish' nos leve a uma trajetória de **inflação** mais suave. Tudo isso que está acontecendo com os preços das commodities nenhum banco central consegue controlar. Se o Banco Central vai ou não atingir a meta não tem nada a ver com política monetária. Depende de fatores externos ou de política econômica", afirma.

Site:

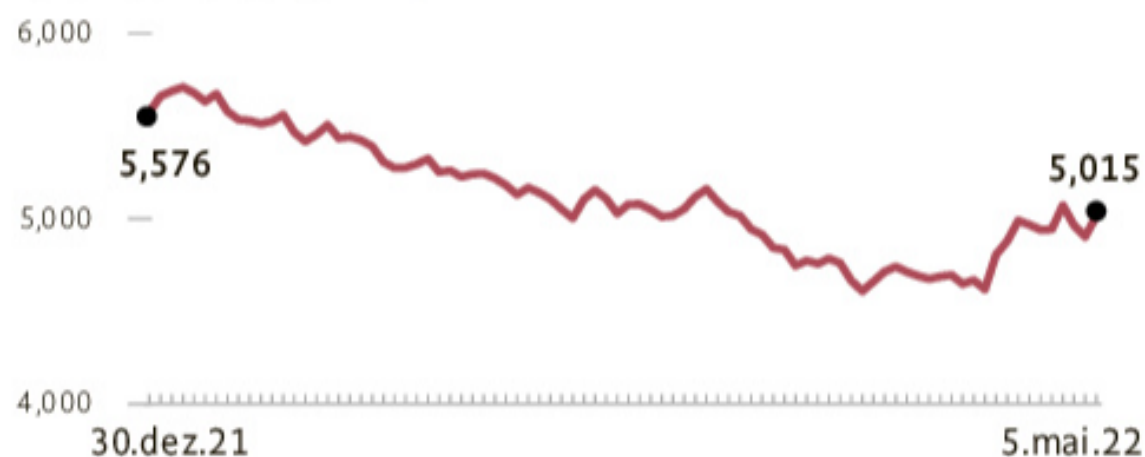
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49903&_ga=2.70886096.1503489565.1651809744-429082973.1562671609&_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6455431&pd=78b3b4b85aded2a5454c53b6c953cdbb

Bolsa, dólar e juros em 2022

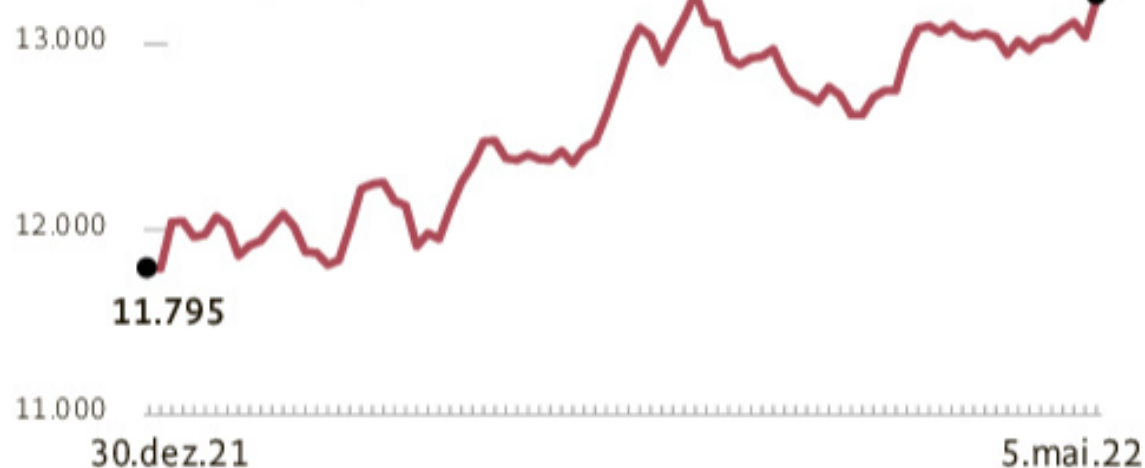
Ibovespa, em pontos



Dólar comercial, em R\$



Juros DI 2023, em pontos-base



Fontes: CMA e Bloomberg

Em nome da eleição, rasgam-se contratos (Editorial)

A proximidade das eleições rasgou a fantasia da defesa da responsabilidade fiscal que alguns políticos ainda vestiam. Depois que o ministro da Economia, Paulo Guedes, assentiu com a destruição do teto de gastos, âncora que atrelava o crescimento das despesas à **inflação**, perdeu-se todo o pudor que ainda era relativamente preservado. Agora, com um ímpeto que não se via havia anos e parecia superado na história brasileira, a Câmara quer impedir a aplicação de reajustes nas tarifas de energia neste ano.

A ideia surgiu por meio de um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) apresentado pelo deputado Domingos Neto (PSD-CE). Incomodado com o aumento médio de 24,88% nas tarifas da Enel Distribuição Ceará, o parlamentar achou por bem simplesmente sustar os efeitos da decisão que havia sido referendada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A proposta conta com apoio explícito do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para quem o texto teria o poder de "anular atos em geral" - ou seja, permitiria cancelar reajustes de distribuidoras em todo o País.

O aumento das tarifas de energia não configura insensibilidade da agência reguladora ou das distribuidoras, mas apenas a realidade de custos crescentes inerente ao setor elétrico, entre eles geração, transmissão e distribuição.

Há, no entanto, uma parcela significativa desses gastos que aumenta ano a ano com a colaboração direta dos parlamentares. Numa marcha que beira a insensatez, deputados e senadores não hesitam em apoiar propostas que repassam ainda mais gastos para a conta de luz, por meio de emendas a projeto de lei ou medidas provisórias, mas, estranhamente, mostram-se indignados quando a conta de seus próprios atos começa a chegar.

O exemplo mais recente e escandaloso foi a construção de termoeletricas onde não há reservas de gás, gasodutos ou linhas de transmissão. Há, porém, muitos outros, como o lobby das empresas de painéis fotovoltaicos, que convenceu a maioria do Congresso - e também o presidente da República - de que obrigá-los a pagar a tarifa de conexão dessas estruturas na rede, como fazem todos os outros consumidores, seria o mesmo que "taxar o sol".

Ao Estadão, o presidente da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Paulo Pedrosa, comparou o apoio dos deputados ao projeto de decreto legislativo que susta reajustes a quem opta por "quebrar um termômetro que está apontando a febre".

Incrivelmente, 410 parlamentares votaram a favor da urgência da proposta, o que permite que ela seja pautada no plenário a qualquer tempo.

Longe de ser uma bondade, o texto é uma evidente intervenção na Aneel.

Se aprovado, configurará incontestável quebra de contrato, gerará uma consequente guerra judicial e reduzirá a pó o interesse do setor privado em investir em infraestrutura no País.

Ademais, a iniciativa é claramente inconstitucional, uma vez que a agência reguladora não descumpriu nenhuma lei ao aplicar os reajustes, requisito básico para dar embasamento a um PDL. Pelo contrário: o que o órgão fez foi repassar às tarifas tudo que o governo propôs e a que o Congresso deu aval, dentro de atribuições definidas por força de lei.

Lira e boa parte dos deputados sabem muito bem disso, de forma que o objetivo implícito da medida é outro.

Não se trata de cancelar os reajustes, mas simplesmente arrumar um jeito de empurrá-los para 2023 e evitar danos políticos nas eleições de outubro.

Nesse sentido, o setor elétrico tampouco pode reclamar, pois foram as próprias empresas que ensinaram o Congresso a pendurar os jabutis nas contas de luz por meio de emendas em benefício próprio e prejuízo de toda a sociedade. A Aneel tampouco tem moral para contestá-los, pois foi autora da ideia dos dois empréstimos bilionários que autorizaram verdadeiras pedaladas elétricas ao longo dos próximos anos. Pior: para não afrontar o Legislativo, a agência se recusou a calcular o rombo de várias dessas propostas antes que elas fossem votadas, uma de suas funções mais republicanas.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A depressão num país deprimido (Artigo)

Flávio Tavares, JORNALISTA E ESCRITOR, PRÊMIO JABUTI DE LITERATURA 2000 E 2005, PRÊMIO APCA 2004, É PROFESSOR APOSENTADO DA UnB

O aumento dos casos de depressão no Brasil (que os especialistas qualificam como assustador) mostra algo que deveria ser entendido - ou resolvido - pela sociedade inteira, não apenas pelos diretamente afetados. Pesquisa recente do Ministério da Saúde nas 26 capitais estaduais e em Brasília aponta que mais de 11% dos brasileiros sofrem de depressão. A cifra supera, inclusive, os afetados por diabetes, que nos últimos anos aparecia como doença em avassaladora expansão.

Não busco substituir-me à psicanálise ou aos psicanalistas nem ser um panfletário Freud perscrutando os desvãos do inconsciente. Tento apenas chamar a atenção para as causas sociais de um distúrbio provocado, também, pelo ambiente cotidiano.

Sim, pois estamos cercados pelas atraentes e perigosas quinquilharias da sociedade de consumo. Não foi ao acaso que a pesquisa constatou que o endividamento pessoal tornou-se a principal causa da depressão, afetando mais do que tudo as mulheres. A compulsão por comprar "todas as novidades" - até as inalcançáveis - afeta todas as classes sociais, mas tem crescido nos setores médios, superando em muito os orçamentos domésticos.

Em consequência, surge o endividamento familiar e as dívidas crescem com os escorchantes juros bancários.

Os endividados buscam aliviar-se do peso da dívida e passam a beber, numa (falsa, mas habitual) tentativa de fugir do problema. O arco perigoso se completa, então, e surge o alcoolismo, estimulado pela tonitruante propaganda para consumir cerveja e similares.

Com outros ingredientes, repete-se a situação dos anos 1930-1970 em que fumar era visto como elegante e de bom tom. Quando o cancionero argentino arrebatava o mundo ocidental, surgiu até um tango que pregava "fumar é um prazer".

A pretendida e falsa fuga do endividamento através da bebida abre portas para os estados depressivos gerados pelo alcoolismo. O torpor típico dos deprimidos, que passam na cama todo tempo possível, agrava o quadro pela falta de exercícios

físicos.

A pesquisa constatou, ainda, que as mulheres - aparentemente por problemas hormonais - têm o dobro do risco dos homens para desenvolverem a depressão.

A pandemia agravou e expandiu o quadro geral da depressão ao restringir a convivência e o contato pessoal. O distanciamento e o "trabalho em casa" nos protegem da covid-19, mas geram, igualmente, a solidão que alimenta o deprimido.

Hoje, especialmente nas grandes cidades, os psicanalistas vêm constatando um forte aumento dos casos de depressão entre os adolescentes. A vida tensa nas grandes cidades é uma das faces do problema, ao qual se juntam outros criados pela competição desenfreada da sociedade de consumo, em que, desde tenra idade, somos levados até a esmagar e destruir o outro para "vencer na vida".

Trata-se, inclusive, da perda total da visão cristã que manda "amar ao próximo como a ti mesmo". A ânsia de vencer passou a dominar a própria vida, não só o desporto, que é competição em si. Chegamos a competir conosco mesmos, gerando angústias que acabam em depressão.

Desconheço se a situação se resume ao Brasil ou se é, como penso, um fenômeno mundial gerado (ou agravado) pela ansiedade de consumir.

Entre nós, tudo cresceu a partir de janeiro de 2019, quando os atos iniciais do novo governo federal mostraram a confusa balbúrdia que aumentou nos tempos seguintes. As armas passaram a ter prioridade sobre o amor. Armai-vos uns aos outros substituiu o preceito que os Evangelhos resumem no "amai-vos uns aos outros".

Em paralelo ao quadro geral de incentivo ao ódio, surgiu a pandemia, com o presidente da República desmobilizando a população nos cuidados com o novo coronavírus, que Jair Bolsonaro chamava de "gripezinha" sem importância.

Armou-se no País, desde então, uma situação de medo geral, quase pânico, com o presidente da República inventando, até, que a vacinação anticovid provocava aids.

A sucessão de disparates verbais veio acompanhada

de um crescente aumento de preços dos bens essenciais de consumo, dos alimentos aos combustíveis.

O índice geral de preços cresce a cada dia, tal qual o desemprego, que chega a mais de 11 milhões de brasileiros, mais que o dobro da população do Uruguai.

O fantasma da inflação reaparece como se fosse maldição da qual não podemos fugir.

No recente 1.º de maio, porém, o Dia do Trabalho nada reivindicou aos trabalhadores nem expôs as penúrias do desemprego.

Grupos bolsonaristas se concentraram nas ruas pedindo a dissolução do Supremo Tribunal Federal e a intervenção militar. Ou seja, reivindicaram a ditadura, num absurdo dos absurdos.

Não será isso - indago - uma inusitada forma de depressão generalizada, que abarca até o ambiente político, num país em que os partidos se transformaram em meros aglomerados de pessoas em busca de poder pessoal ou de negociatas? O alto índice de depressão não terá relação direta com as estruturas políticas hoje deprimidas?

Flávio Tavares, JORNALISTA E ESCRITOR, PRÊMIO JABUTI DE LITERATURA 2000 E 2005, PRÊMIO APCA 2004, É PROFESSOR APOSENTADO DA UnB

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mobilização pelo voto atrai 2 milhões de jovens para o processo eleitoral



Fila em unidade do TRE no Jardim Botânico, no Rio; nos últimos dias houve corrida por regularização e emissão de títulos de eleitor

WESLEY GALZO LAURIBERTO POMPEU BRASÍLIA
RAYANDERSON GUERRA RIO

A mobilização para estimular os jovens a emitir o título de eleitor surtiu efeito e resgatou o interesse pelo voto na faixa entre 16 e 18 anos. É o que mostram os números do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referente às últimas eleições. De janeiro a abril deste ano, o País ganhou 2.042.817 eleitores aptos a votar pela primeira vez. A taxa de jovens que se cadastraram para ir às urnas contraria previsões de baixa representação por descrédito na política, descontentamento com campanhas polarizadas e até receio de "cancelamento" nas redes sociais.

Os dados divulgados ontem pelo TSE, mesmo que ainda parciais, revelam que o número de eleitores jovens cresceu 47,2% em relação ao mesmo período de 2018 e mais de 57% em comparação aos quatro primeiros meses de 2014 (mais informações nesta página).

O crescimento coincide com a mobilização de artistas, políticos, influenciadores digitais e do próprio TSE para que os jovens emitissem título de eleitor. A cantora Anitta e o ator Leonardo Di Caprio, além de Mark Ruffalo (o Hulk dos cinemas) e Mark Hamill (o Luke Skywalker, de Star Wars), se engajaram no movimento.

O TSE também veiculou a campanha "Rolê das Eleições", com o objetivo de atrair o voto jovem por meio de parcerias com times de futebol, instituições da sociedade civil e influenciadores digitais.

Agora, grupos que incentivaram o alistamento eleitoral têm novo objetivo: evitar altos níveis de abstenção, de votos nulos e em branco no dia 2 de outubro, quando haverá o primeiro turno.

Na prática, 2 milhões de novos eleitores, num universo de aproximadamente 150 milhões de pessoas aptas a votar, podem mudar o resultado de uma disputa. "Se levarmos em conta que, no segundo turno entre Dilma e Aécio, em 2014, ela levou por apenas 3,5 milhões de votos a mais, esses jovens podem fazer a diferença numa eleição tão ou mais polarizada do que aquela", disse o analista político Bruno Carazza, professor da Fundação Dom Cabral, ao lembrar o confronto entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB).

"Resta saber quem será mais hábil em conquistar os corações e mentes desses jovens."

PARTICIPAÇÃO.

A estudante Maria Luiza Chagas vai votar pela primeira vez e quase perdeu o prazo para emissão do título de eleitor. "Não sou fã de político, mas, só de olhar a situação, temos motivos para não deixar de votar. Achei que não poderia tirar o título porque completei 16 anos no mês passado. Mas uns amigos da minha escola disseram que tinham tirado e que eu poderia fazer", disse ela ao deixar a sede da zona eleitoral de Copacabana, na zona sul do Rio.

Assim como Maria Luiza, outros jovens foram influenciados pela campanha do primeiro voto nas redes. Somente em março foram registrados mais de 522 mil novos eleitores de 16 a 18 anos. No mês passado, o número saltou para 991 mil - um crescimento de 89,7%.

A polarização da disputa entre o presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não parece interessar a juventude que vota pela primeira vez. Especialistas ouvidos pelo Estadão avaliam que o engajamento dos jovens nos rumos políticos do País está mais ligado a objetivos práticos, como a vontade de melhorar de vida. Dados do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) mostram que 23% dos desempregados, no ano passado, eram jovens de 16 a 29 anos, quase um terço da população economicamente ativa.

ECONOMIA.

Além disso, números do Atlas da Juventude de 2021 indicam que as faixas etárias de 15 a 19 anos foram

as que mais perderam renda entre 2014 e 2019. A queda na capacidade de consumo, nesse grupo, chega a ser sete vezes maior do que em outros.

"Os jovens, além de terem o desejo da independência financeira, contribuem com as finanças da casa. Os boletos estão chegando e com uma inflação muito alta. O fator econômico influencia muito no engajamento da juventude", disse Larissa Dionísio, produtora executiva do Instituto Update.

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisadora de opinião pública, Jaqueline Quaresimin afirmou, por sua vez, que os jovens terão este ano o papel de mobilizar discussões nas redes sociais, o que pode influenciar nos rumos das campanhas eleitorais.

Eleita em 2018, com apenas 22 anos, Luísa Canziani (PSDPR) é a mais nova deputada federal.

Canziani chegou à Câmara pelo PTB de Roberto Jefferson, mas migrou para o PSD no mês passado, após se desentender com o político.

"Eu entendo que essa mobilização dos jovens se dá, sobretudo, por um anseio de se sentir representado, ter suas demandas atendidas e suas angústias supridas, com mais empregabilidade e educação, por exemplo", afirmou Luísa, que integra a Frente Parlamentar da Educação.

O presidente do TSE, ministro Edson Fachin, classificou como "impressionante" a resposta da juventude para participar das eleições de outubro.

"Desta vez, o que vimos foi a sociedade brasileira mobilizada pela democracia", disse o ministro.

Comemoração Presidente do TSE, Edson Fachin classificou de "impressionante" número de jovens que se alistaram

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

VOTO JOVEM

Procura para emitir e regularizar título de eleitor bate recordes, com destaque para os jovens; prazo para ficar apto a votar este ano terminou anteontem

Balanço

8.951.527

CADASTROS
ELEITORAIS NOS
ÚLTIMOS 31 DIAS

Novos eleitores

2.042.817

CADASTROS DE ELEITORES COM
IDADE ENTRE 16 E 18 ANOS DE
JANEIRO A ABRIL DE 2022

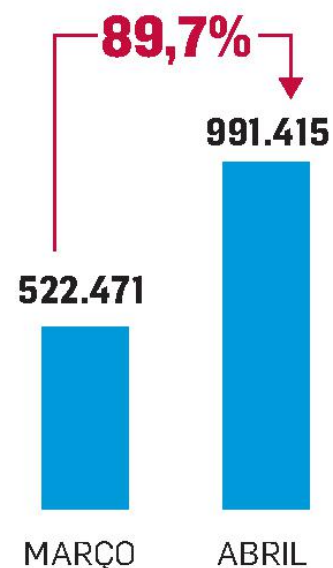
CRESCIMENTO
EM RELAÇÃO AO
MESMO PERÍODO
EM 2018

47,2%

CRESCIMENTO
EM RELAÇÃO AO
MESMO PERÍODO
EM 2014

57,4%

CADASTROS DE ELEITORES COM
IDADES ENTRE 16 E 18 ANOS



FONTES: TSE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

A escalada de Bolsonaro - ELIANE CANTANHÊDE



ELIANE CANTANHÊDE

O clima no Planalto é de "já ganhou", com uma torcida para que o presidente Jair Bolsonaro ultrapasse o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas pesquisas ainda no primeiro semestre. Se no bunker de campanha de Lula há apreensão e troca de acusações, na ampla massa órfã da "terceira via" espalha-se o pânico.

Enquanto milhões de cidadãos e cidadãs não conseguem imaginar a reeleição, Bolsonaro ocupa espaços: conquistou o comando de fato das Forças Armadas, domina a Câmara, acua o Supremo, foca na eleição do Senado e lidera uma campanha de descrédito da mídia.

Assim como jogou a boiada na Amazônia e nas comunidades indígenas, ele conseguiu minar a confiança nas urnas eletrônicas, um orgulho nacional, e o respeito pelo estado democrático de direito, baseado no princípio de que "decisão judicial não se questiona, se cumpre".

E o general Paulo Sérgio (Defesa) dizendo que as Forças Armadas estão em "permanente estado de prontidão para (...) suas missões constitucionais"?

A frase (ou ameaça?) foi em meio a conversas com Judiciário e Legislativo, enquanto o Exército se alinha a Bolsonaro em 88 itens contra as urnas e o general Heber Garcia Portella cobra urgência do TSE para prever e divulgar "as consequências para o processo eleitoral, caso seja identificada alguma irregularidade".

O general foi posto por Bolsonaro na Comissão de Transparência do TSE, surfando na boafé e na ingenuidade de ministros do Supremo. Agora, Bolsonaro está dentro do TSE e fala, com apoio militar, em criar uma sala paralela, um computador paralelo e um sistema paralelo para vigiar a Justiça Eleitoral...

Os militares, assim, acabam na mesma tropa do deputado Daniel Silveira, que é bucha de canhão de Bolsonaro e tem costas quentes para atacar a Justiça e a democracia e tratar o STF como tratava sua corporação policial: com desprezo. O presidente gastar duas horas para homenagear um tipo assim no Planalto?

O tsunami avança e Lula fala bobagens, bate no teto e enfrenta problemas na campanha. A capa na revista Time, um golaço, virou gol contra quando ele disse que o ucraniano Zelenski tem tanta responsabilidade na guerra quanto o russo Putin.

Como Bolsonaro ataca a regra de que "decisão judicial se cumpre", Lula ignora que não se transforma vítima em réu.

Contra o tsunami, há recessão, **inflação**, juros, desemprego, queda da renda e altíssima rejeição de Bolsonaro entre os capazes de identificar fake news e armadilhas de internet. Mas ele tem a caneta e está cuidando do flanco econômico, com reflexos na rejeição. Logo, tudo é possível em outubro, mas o pior é o que vem depois de outubro.

Notícias Relacionadas:

O POPULAR - GO
A escalada de Bolsonaro
O LIBERAL - BELÉM - PA
A escalada de Bolsonaro

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação acima de 10% entra no radar

A Positivo recomenda o Windows 11 Pro para empresas.

EXCELÊNCIA EM PÓS-VENDA

24h

Conheça outros casos em positivoempresas.com.br

Mude sua maneira de produzir e fazer negócio.

Para Fabiano Longaray, CIO do Grupo Sinosserra, a locação de equipamentos é a solução ideal para sua operação. "O que mais me surpreendeu foi a qualidade e os equipamentos duradouros e de alto desempenho." **Positivo As A Service** criada para facilitar seu dia a dia corporativo, reduzindo custos e aumentando a produtividade.

COM A LOCAÇÃO, RENOVEI MINHAS MÁQUINAS SEM DESPENDER GRANDES VOLUMES FINANCEIROS

Fabiano Longaray
CEO do Grupo Sinosserra

POSITIVO AS A SERVICE

Este é o momento de agregar mais valor ao seu negócio, produzindo mais com menos investimentos. Escaneie o QR CODE para saber mais. positivoasservice.com.br 0800 721 1577 e WhatsApp 41 99149 5371

ALL-IN-ONE POSITIVO MASTER A2200
Processador Intel® Core™
Windows 11 Pro
Armazenamento de até 2TB de HD
Memória de até 32GB
Tela LED de 23.5" Full HD

Família de Processadores Intel® Core™

MARIA REGINA SILVA CÍCERO COTRIM GUILHERME
BIANCHINI THAÍS BARCELLOS

A possibilidade de o Brasil registrar uma **inflação** acima de 10% em 2022, pelo segundo ano seguido (em 2021, o IPCA foi a 10,06%), entrou no radar dos economistas. A previsão vem crescendo em meio a impactos da guerra na Ucrânia, dúvidas sobre o efeito da política de "covid zero" da China nas cadeias produtivas, aumento dos juros nos Estados Unidos e disseminação das altas de preços no Brasil. O cenário eleitoral aparece como fator de pressão adicional.

Se isso acontecer, será a primeira vez, desde o início do Plano Real, que o País terá **inflação** de dois dígitos por dois anos seguidos.

Com esse cenário, a taxa de juros básica, elevada pelo Banco Central (BC) anteontem para 12,75% ao ano, teria provavelmente de subir acima dos patamares hoje projetados e se manter alta por mais tempo. E começam a voltar os temores de inércia inflacionária e indexação, "doenças" da época da hiperinflação em que as altas de preços passadas se refletiam nos preços futuros e mantinham a **inflação** em alta.

O banco BNP Paribas foi o primeiro a elevar, oficialmente, a projeção de IPCA em 2022 para 10% - o dobro do teto da meta. "Esperamos pressão dos mesmos setores, mas com impacto mais forte e duradouro", escreveram em relatório Gustavo Arruda, chefe de pesquisa para América Latina do BNP, e Laiz

Carvalho, economista para Brasil da instituição. Já a projeção do BNP Paribas para o IPCA fechado em 2023 subiu de 4,5% para 5% (o teto da meta no ano que vem é de 4,75%).

Segundo Carla Argenta, economista- chefe da CM Capital, a probabilidade de o IPCA atingir dois dígitos em 2022 aumentou de 10% para 30% nos últimos dois meses. "Há alguns meses, imaginávamos que essa **inflação** mais elevada tinha a mesma característica da de 2021. Hoje, vemos uma situação diferente, com espalhamento preocupante e núcleos afetados, sem a evolução esperada para os itens que o BC tem maior condição de controlar", diz. "Nossa expectativa para o IPCA 2022 está em 8,4%, mas pode chegar a um patamar até mais elevado que o de 2021. É uma possibilidade que não é remota." João Fernandes, economista da Quantitas, elevou a projeção de IPCA de 2022 de 8,8% para 9% e alertou que os riscos ainda são para cima. Um novo reajuste dos combustíveis por parte da Petrobras, por exemplo, adicionaria até 0,2 ponto porcentual à estimativa.

O governo anunciou em março uma estimativa de 6,55% para o IPCA no ano. Esse dado será atualizado neste mês.

ALIMENTOS. Segundo o BNP, a principal pressão virá de alimentos, que devem ter a maior variação de preços em 2022, de 17%.

O banco estima ainda impactos do petróleo, de problemas na cadeia de suprimentos mundial e da expectativa de aceleração da atividade de serviços no Brasil.

Na XP Investimentos, as projeções para o IPCA são de 7,4%, para 2022, e de 4% para 2023, mas o economista-chefe, Caio Megale, admite que uma taxa de 9% neste ano é um cenário bastante plausível, mesmo com a previsão de a Selic chegar a 13,75% em junho.

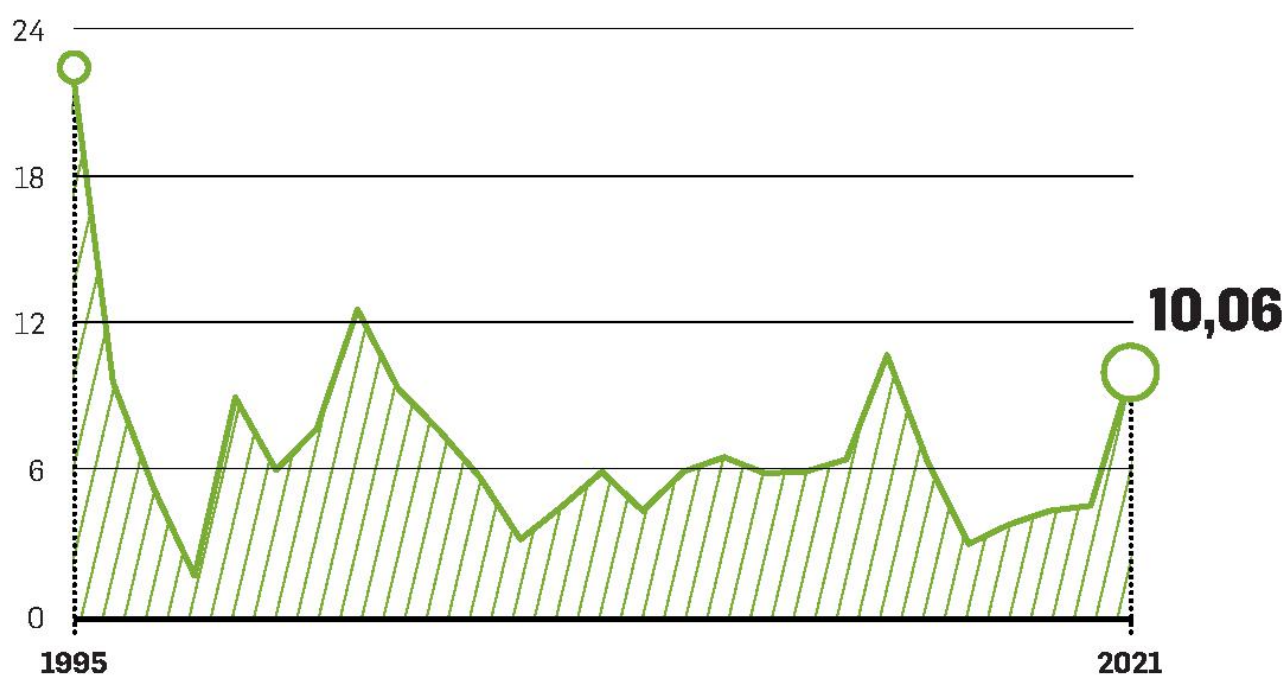
Megale cita riscos na projeção de preços de alimentos, de serviços (sustentados pela reabertura econômica e por programas de antecipação de renda do governo), no setor industrial (com os lockdowns na China) e em preços administrados (com os reajustes anuais nas distribuidoras rodando em torno de 20%).

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

ALTA DE PREÇOS

Inflação anual no Brasil desde o início do Plano Real

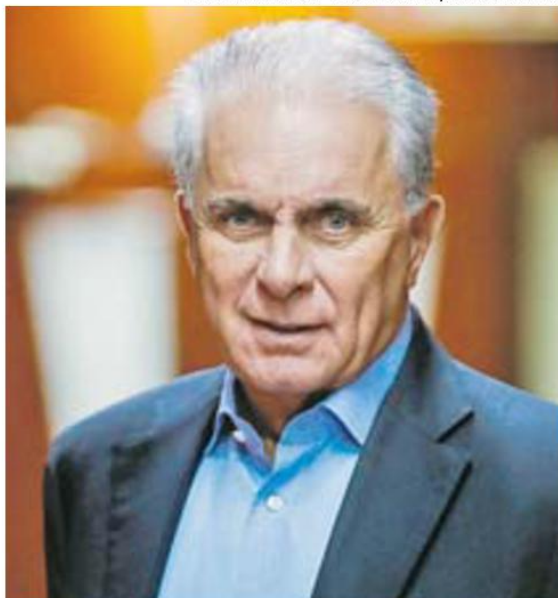
EM PORCENTAGEM



FONTE: IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

'Juros mais ardidos ampliam empréstimos'

ADRIANO MACHADO/REUTERS



CLARICE COUTO ISADORA DUARTE

Assumi o Ministério da Agricultura há pouco mais de um mês; antes, foi secretário executivo da mesma pasta

À frente do Ministério da Agricultura há pouco mais de um mês e com tempo escasso para entregar o Plano Safra 2022/23, até junho, Marcos Montes se diz "animado" para fazer algo "robusto", ainda que "dentro do possível". Em entrevista ao Estadão/ Broadcast, Montes, que antes era secretário executivo da ex-ministra Tereza Cristina (que saiu para concorrer às eleições), disse que pretende manter as taxas de juros "abaixo da casa dos dois dígitos" e que, entre manter as taxas baixas (atendendo um número menor de produtores) e ter taxas "um pouco mais ardidas" (e suprir um número maior de agricultores), prefere a segunda opção. Segundo Montes, o abastecimento de fertilizantes ainda preocupa, embora em menor escala. A pasta continuará trabalhando em duas frentes: importar mais adubos e estimular a produção interna.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

O Orçamento de 2022 não prevê recursos para a equalização de taxas de juros do Plano Safra 2022/23. De onde poderá sair o dinheiro?

O Plano Safra 2022/23 é o assunto mais delicado para nós hoje. A discussão sobre a equalização parte do valor que trabalhamos no Plano Safra passado, em

torno de R\$ 13 bilhões.

Em cima disso, temos de jogar o diferencial de juros do ano passado para este, de 3% a 3,75% ao ano para 12%. E tem também os custos da produção, que aumentaram muito.

A OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) diz que, para oferecer o mesmo montante do ano passado, com correção e aumento da Selic, seriam necessários cerca de R\$ 19 bilhões.

O sr. vê de onde poderia remanejar o dinheiro?

A Economia vai ter de se movimentar para buscar. Precisamos fazer um Plano Safra que condiga com a realidade do Brasil, e já começamos um pouco atrasados. Falamos com o presidente da República, e ele tem pedido que isso seja quase que prioridade na Economia.

O aumento das taxas de juros do Plano Safra é dado como certo? O ministério avalia fazer aumento maior para os grandes produtores?

Essa discussão terá de ser muito madura. O juro muito baixo vai fazer com que os recursos sejam menores, e atenderíamos menos gente. Os juros um pouco mais ardidos ampliariam os empréstimos.

Hoje, quando o produtor vai captar em qualquer ente privado, a taxa bate em 16%, 17%, até 20% ao ano. Vou trabalhar para que as taxas fiquem abaixo da casa de dois dígitos.

Ainda há preocupação do governo com o abastecimento de fertilizantes?

Estamos preocupados, mas estivemos mais preocupados há um mês. O fluxo (de embarques russos) está normal e estamos abrindo mercados. Estou indo para a Jordânia, o Egito e o Marrocos para falar de fertilizantes.

Além do Canadá, já visitado, e dos países árabes que receberão a comitiva brasileira, há algum outro país em vista com potencial de ampliar a exportação de fertilizantes para cá? A China está no radar?

Todos países são potenciais. A ex-ministra Tereza Cristina esteve no Irã também, que tem grande potencial de nitrogenados.

Estamos fazendo prospecção no Chile. Tudo está no radar.

Como se criou um núcleo de fertilizantes, para a formação do Plano Nacional de Fertilizantes, tudo passa por um grande estudo do grupo, e seguimos essa linha estabelecida tanto na produção interna quanto na busca lá fora.

Em relação à China, recentemente houve suspensão de habilitações de frigoríficos brasileiros. A ex-ministra Tereza Cristina vinha falando das tratativas de retomada das habilitações para cerca de 50 novas plantas.

Na avaliação do sr., o que está por trás da decisão da China?

Temos hoje quase 100 plantas habilitadas para a China. Algumas foram desabilitadas, sujeitas a verificações e auditorias.

Acho que vamos crescer nas nossas exportações para a China e temos plantas preparadas e já auditadas. Temos uma lista que totaliza 79 novas plantas em três novas etapas, nas quais estamos trabalhando para que sejam habilitadas. Sobre as desabilitadas, temos de entender o momento que a China está vivendo.

(Os chineses) estão extremamente preocupados com a onda de covid-19, e precisamos respeitar. Todas essas plantas desabilitadas são casos em que foram encontrados traços de RNA de vírus nas embalagens das carnes enviadas. É excesso de zelo? Não, é a filosofia deles.

As desabilitações são em porcentual pequeno perto do número de plantas que temos e do crescimento que tivemos. Com o consumo lá aumentando, eles vão precisar dos nossos produtos e o Brasil está preparado para poder exportar ainda mais.

Sobre a **inflação** dos alimentos, dentro do que compete ao ministério, o que pode ser feito? As ações passam por restrição a exportações para garantir abastecimento interno?

Custamos a sair (da posição) de um país importador de alimentos para exportador. Acredito ser opinião de todo o setor e do governo que isso (restringir exportação) jamais acontecerá.

Outro ponto é que exportamos em média de 20% a 25% de tudo que produzimos, e o restante fica para consumo interno. Temos é de estimular a produção.

Quanto mais produzirmos, mais vamos combater a fome no mundo e internamente. Nossa produção está

crescendo.

Apesar de tudo que estamos passando, acho que o agro ainda será por muito tempo a locomotiva da agricultura brasileira.

Desafios à vista

Marcos Montes Ministro da Agricultura

"Precisamos fazer um Plano Safra 2022/2023 que condiga com a realidade do Brasil e já começamos um pouco atrasados."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Continua o aperto contra a inflação (Editorial)



Sem meios para frear os preços internacionais, afetados pela guerra de Vladimir Putin e pelos cortes de produção chinesa no combate à covid, o Banco Central (BC) tenta conter a **inflação** brasileira elevando os juros ao nível mais alto em cinco anos. Os benefícios poderão ser modestos em 2022 e mais sensíveis em 2023, mas os custos para o crescimento econômico tendem a ser imediatos. Não há, no entanto, alternativas visíveis neste momento para o combate ao surto inflacionário, já intenso antes da invasão da Ucrânia.

Na décima alta consecutiva, anunciada na quarta-feira, a taxa básica subiu 1 ponto e chegou a 12,75% ao ano, mas ficará aí por pouco tempo. Um novo aumento em junho já foi apontado como "provável" pelo Copom, o Comitê de Política Monetária do BC, em nota divulgada após a última reunião. No próximo ajuste, a taxa alcançará 13,25%, segundo a aposta dominante no mercado, e há quem preveja 13,50%. Mas ninguém tem base para dizer se o aperto do crédito vai parar nesse ponto ou continuar aumentando.

Não há sinal de trégua por parte do BC. O aperto poderá ficar mais suave, mas a intenção declarada é continuar "avançando significativamente em território ainda mais contracionista", segundo a nota. A estratégia será mantida, promete o Copom, até se alcançarem dois objetivos, a reversão do impulso inflacionário e a "ancoragem das expectativas" em

torno das metas oficiais. Notas anteriores citaram o compromisso com esses objetivos.

Em 2022, a **inflação**, estimada em 7,3% pelo BC e mais perto de 8% pelo mercado, ainda passará bem acima do teto da meta, fixado em 5%. No ano passado a meta era de 5,25% e os preços aumentaram 10,03%.

Em 2023, o número final, estimado em 3,4% no informe do Copom, poderá ficar bem perto do centro do alvo, de 3%.

Também na quarta-feira, o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) adicionou 0,5 ponto porcentual a seus juros básicos, elevando-os para a faixa de 0,75% a 1% ao ano. A **inflação** americana atingiu 8,5% nos 12 meses até março, a maior taxa desde 1981. Novos aumentos de juros poderão ocorrer, segundo o presidente do Fed, Jerome Powell, mas ele descartou variações de 0,75 ponto.

Essa ressalva diminuiu tensões no mercado, mas, ainda assim, o aperto monetário nos Estados Unidos limita o espaço de ação do BC brasileiro. Com taxas mais altas na maior potência econômica mundial, qualquer afrouxamento no Brasil poderá resultar em indesejável saída de dólares, com mais efeitos inflacionários no País.

Incapaz de frear a **inflação** internacional, o Copom também é impotente em face de alguns importantes fatores inflacionários internos, como os desmandos eleitoreiros do presidente Jair Bolsonaro e a gastança promovida ou favorecida por parlamentares. Parte desses problemas é visível nas pressões por aumentos salariais de várias categorias do funcionalismo, desatadas pelo presidente ao prometer reajustes a grupos por ele selecionados. Essas pressões, até com greves, são componentes das incertezas e riscos apontados pelo BC.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tarefa do BC em 2023 pode ficar mais difícil

Análise Alex Ribeiro São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187209

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187209

Para equipe econômica, prejuízo para imagem do país está dado

*Rafael Bitencourt, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e
Estevão Taíar De Bras (Colaborou Fabio Couto, do
Rio)ília*

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187209

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187209

Petista acena a empreendedores e modula discurso a novas relações de trabalho

Andrea Jubé e Estevão Taiar De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187209

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187209